

Bem-estar Interno Bruto

Por **Gus O'Donnell**

Valor Econômico, 27.3.2013

O mundo está pronto para uma nova e abrangente medida de progresso e prosperidade nacional e mundial, uma métrica que nos informa se as pessoas estão realmente em situação melhor - e como assegurar que sua situação melhore efetivamente.

Durante uma discussão, em 2008, sobre a crise financeira mundial na London School of Economics, ficou famosa a surpreendente indagação da rainha Elizabeth II dirigida a uma sala repleta de pesos pesados financeiros: "Por que ninguém viu que (a crise) estava chegando?" Essa pergunta tem assombrado os economistas desde então, à medida que foi se consolidando o reconhecimento de que, na suposta "idade de ouro" que antecedeu a crise, eles estavam cegos, não só em face das possíveis consequências de colapso - mas também quanto ao verdadeiro custo do "sucesso".

Esse período foi, na opinião de muitas pessoas, viciado pela ganância, quando o rápido crescimento do PIB veio acompanhado por um aumento da desigualdade de renda e do bem-estar.

Líderes na Alemanha, França, Reino Unido e EUA parecem entender isso, ao defender um novo e mais abrangente objetivo de política econômica para substituir a produção nacional. E tal meta pode ser estabelecida. De fato, um grupo de economistas (inclusive eu) concluiu, em relatório encomendado pelo Instituto Legatum, que, apesar de sua aparente subjetividade, "bem-estar" - ou satisfação com a vida - pode ser mensurado de forma robusta, comparado em nível internacional e usado para definir políticas de governo e ter seu êxito avaliado. A tarefa, para os governos, é engajarem-se em colocar em prática esse foco em bem-estar.

Alguns aspectos centrais deveriam informar esse processo. Primeiro, os governos fariam melhor concentrando-se em estabilidade, ainda que isso signifique sacrificar alguma produção. Como Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart mostraram, as crises financeiras são caras porque seu processo de recuperação é lento.

Mas pesquisas sobre bem-estar produzem um entendimento mais nítido: mesmo que a economia pudesse reagir rapidamente após uma crise, o custo seria alto. Expansão acelerada seguida de contração brusca destrói o bem-estar, que diminui muito mais devido a uma queda do PIB do que é aumentada por um incremento igual e oposto do PIB.

Em segundo lugar, o bem-estar - diferentemente do PIB - cresce mais devido ao aumento da renda entre os segmentos mais pobres da população do que por aumentos entre os ricos. É por isso que as economias europeias mais ricas tendem a incorporar grandes estabilizadores automáticos em suas finanças públicas. No entanto, a ausência de mecanismos redistributivos entre os países da zona do euro agravou nitidamente as tensões durante a recente crise.

Em terceiro lugar, a implementação de uma métrica de bem-estar para orientar as políticas produziria o mais rápido e radical efeito em nível nacional. Como

uma medida do sucesso de política econômica, o PIB é particularmente inadequado para países com grandes setores públicos. As medidas de produção de petróleo bruto que são usadas, assim como o número de procedimentos médicos realizados ou o número de incêndios apagados, desconsideram um ponto crucial: embora responder à necessidade de tais serviços seja algo bom, reduzir a necessidade deles seria melhor. E serviços de saúde mais eficientes podem gastar menos com hospitais e médicos, e mais em incentivar estilos de vida saudáveis.

As sociedades seriam mais beneficiadas por um foco da política governamental em fatores comprovadamente críticos para satisfação de vida: relacionamentos, comunidade, segurança e saúde física e mental. Por exemplo, embora saúde mental seja um fator determinante de como as pessoas sentem-se em relação à sua vida, os cuidados com saúde mental continuam tendo baixa prioridade na maioria dos países. Nos EUA, houve mais suicídios do que mortes em estradas no ano passado, e há três vezes mais suicídios do que mortes em estradas na Alemanha e no Reino Unido. No Reino Unido, a enorme maioria das pessoas diagnosticadas com doenças mentais não são tratadas, há um enorme custo não apenas em bem-estar, mas também em (pagamentos de) benefícios por incapacitação e perda da condição de ganhar um salário. Políticas específicas focadas em ampliar a conscientização das questões de saúde mental e melhorar o acesso a tratamentos ajudariam a dar um impulso na recuperação do bem-estar.

Evidentemente, cada país tem suas prioridades específicas. Por exemplo, em sociedades envelhecidas, a solidão e a saúde em longo prazo tornam-se particularmente importantes.

A quarta lição importante é que os indicadores de bem-estar interagem. Atividades voluntárias não só melhoram a vida daqueles que são ajudados, como também aumentam a satisfação de vida dos voluntários. Analogamente, uma vez que o desemprego diminui tanto o bem-estar como a renda nacional, políticas eficazes de retorno ao trabalho marcam dois gols, assim como políticas destinadas a aumentar habilidades dos cidadãos para enfrentar a vida mediante melhoria da conduta de pais e do sistema educacional.

Isso justifica o financiamento de programas de melhoria de bem-estar. Afinal, o objetivo não é inflar orçamentos, mas realocar recursos que aumentem substancialmente a satisfação e prosperidade dos cidadãos.

Finalmente, dados confiáveis serão fundamentais para balizar os esforços e avaliar os progressos. Felizmente, a maioria países desenvolvidos - e um número crescente de países em desenvolvimento - reconhecem a importância da coleta de dados sobre o bem-estar. Acrescente-se a isso os parâmetros para mensuração definidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as comparações internacionais de bem-estar passam a ser possíveis.

O mundo está pronto para uma nova e abrangente medida de progresso e prosperidade nacional e mundial, uma métrica que nos informa se as pessoas estão realmente em situação melhor - e como assegurar que sua situação efetivamente melhore. **(Tradução de Sergio Blum)**